



# Câmara Municipal de Campo Grande ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Avenida Ricardo Brandão, 1600.  
CNPJ: 03.514.106/0001-00 / Telefone: (67) 3316-1600

## Lei Ordinária nº 7618/2026

*DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE SIGILO E RESPEITO À PRIVACIDADE DAS PESSOAS ATENDIDAS NOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ATENÇÃO ÀS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS, HIV E AIDS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

PROJETO DE LEI n. /2025.

**DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE SIGILO E RESPEITO À PRIVACIDADE DAS PESSOAS ATENDIDAS NOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ATENÇÃO ÀS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS, HIV E AIDS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A Câmara Municipal de Campo Grande-MS,**

### **APROVA:**

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção de medidas que assegurem o sigilo, a privacidade e o respeito à identidade das pessoas atendidas nos serviços públicos municipais de saúde voltados à atenção, prevenção e tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), HIV e AIDS

**Art. 2º** Os órgãos e unidades da rede municipal de saúde deverão adotar procedimentos que garantam a preservação da identidade e da privacidade dos usuários atendidos, especialmente nos Serviços de Atendimento Especializado (SAE).

**Art. 3º** Constituem medidas obrigatórias para cumprimento desta Lei:



## Câmara Municipal de Campo Grande ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Avenida Ricardo Brandão, 1600.  
CNPJ: 03.514.106/0001-00 / Telefone: (67) 3316-1600

I - a utilização de sistema de senhas ou códigos numéricos para identificação e chamada dos pacientes, em substituição à chamada nominal;

II - a manutenção de sigilo e confidencialidade nos registros, prontuários e comunicações internas;

III - a capacitação permanente dos profissionais de saúde sobre ética, privacidade e acolhimento humanizado;

IV - a adoção de protocolos de segurança da informação, garantindo o tratamento adequado de dados sensíveis, conforme a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

**Art. 4º** O Poder Executivo poderá editar normas complementares para a fiel execução desta Lei, observadas as diretrizes do Ministério da Saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Art. 5º** O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará os responsáveis às sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação municipal.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Flávio Cabo Almi  
Vereador - PSDB

### Justificativa

## JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa assegurar, no âmbito do Município de Campo Grande, o direito fundamental ao sigilo e à privacidade das pessoas que realizam acompanhamento nos Serviços de Atendimento Especializado (SAE) e demais unidades de saúde que atuam no atendimento de Infecções Sexualmente Transmissíveis, HIV e AIDS. A medida busca adequar as práticas locais às diretrizes do Ministério da Saúde e à Lei Federal nº 12.984/2014, que define como crime a discriminação contra pessoas vivendo com HIV.

Relatos recentes de usuários do SAE de Campo Grande apontam a retomada do chamamento nominal de pacientes, o que representa retrocesso nas políticas de respeito à intimidade e exposição indevida da condição de saúde.



## **Câmara Municipal de Campo Grande** **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Avenida Ricardo Brandão, 1600.  
CNPJ: 03.514.106/0001-00 / Telefone: (67) 3316-1600

O projeto se pauta na Constituição Federal (art. 5º, X), que assegura a inviolabilidade da intimidade, da vida privada e da imagem, e na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que considera informações de saúde como dados pessoais sensíveis, exigindo tratamento sigiloso.

Ao garantir o uso de senhas e protocolos de sigilo, o Município cumpre com o dever de zelar pela dignidade, respeito e acolhimento humanizado dos cidadãos Campo-grandense, especialmente dos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Dessa forma, solicito o apoio dos Nobres Pares para aprovação do presente projeto.

Campo Grande/MS, 23 de Abril de 2026.

Flávio Cabo Almi  
Vereador - PSDB